

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 27 DE OUTUBRO A 2 DE NOVEMBRO DE 1981
Nº 168 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

CEDI

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Ricardo

Letícia Cotrim

Zwinglio Mota Dias

Carlos Rodrigues Brandão

Jether Pereira Ramalho

Eliseu Lopes

Henrique Pereira Junior

Carlos Mesters

Beatriz Araújo Martins

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES

Paulo Cesar Loureiro Botas

EDITOR DO ACONTECEU

José Ricardo Ramalho

COLABORADOR NA SEÇÃO ÍNDIOS

Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 300,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 1.200,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082
22221 - Rio de Janeiro - RJ

METALÚRGICOS DE SÃO PAULO-APROVAM ACORDO COM GRUPO 14

Por aclamação, a maioria dos metalúrgicos presentes ontem à noite à assembleia-geral extraordinária de seu sindicato, na cidade de São Paulo, resolveu aprovar a celebração de acordo amigável com os 22 sindicatos patronais do setor, nos termos da proposta que o grupo 14 da Fiesp havia apresentado na reunião da tarde, com os sindicalistas. As assembleias de Osasco e Guarulhos também ratificaram o acordo. Dessa forma, na próxima semana os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo procurarão os do grupo 14 da Fiesp, para a celebração do acordo, dando por encerrada a campanha salarial deste ano. A maioria dos oradores foi contrária à celebração da convenção, mas os trabalhadores demonstraram descontentamento com a possibilidade de a campanha salarial se estender por mais tempo. Na hora da votação, houve um princípio de tumulto, logo contornado. Cerca de 1.200 metalúrgicos compareceram à assembleia, sendo que a proposta foi aprovada por aparentemente três quartos do plenário. Considerada pela comissão de negociação "definitiva" e "muito além da capacidade econômica das empresas no momento", a contraproposta do Grupo 14 prevê aumento real de salários de 5% para a primeira faixa (de um a três salários mínimos regionais), 3% para os que se situam na faixa de três a seis mínimos regionais e 2% àqueles que percebem entre seis e dez salários, piso profissional de Cr\$ 17.520,00 e outros 36 itens econômicos e sociais. (ESP - 31/10/81)

GREVE CONTRA AS DEMISSÕES NA EMBRAER

Trabalhadores da Embraer entraram em greve na manhã de ontem para protestar contra a decisão da empresa, que anunciou a demissão de 430 empregados quarta-feira. Não houve tumultos e o resultado da adesão é uma incognita: a empresa garante que 40% dos seus seis mil empregados trabalham normalmente, mas o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos informou que "no máximo quinhentos entraram na fábrica". (FSP - 31/10/81)

MANIFESTO DA AÇÃO CATÓLICA

A Ação Católica Operária divulgou ontem, no Recife, manifesto condenando os trabalhadores de todo o País a se unirem, com vistas à solução do problema do desemprego, "que não pode ficar sempre à espera de um eterno amanhã e deve conter, agora, com mais compromisso e presença dos homens de boa-vontade". A ACO reuniu ontem, antes da divulgação do manifesto, representantes de sindicatos de trabalhadores e parlamentares, para mostrar que "nós, que estivemos em contato com inúmeras famílias atingidas pelo desemprego, levadas ao desespero e à miséria, testemunhamos também e cada vez mais profunda indiferença das autoridades responsáveis pelo bem comum". A ACO frisa que "se o desemprego é mal nacional, no Recife e em cidades nordestinas menores, a percentagem de desempregados é relativamente maior do que na região do ABC paulista". (ESP - 30/10/81)

INCINERADOS VOTOS EM SANTO ANDRÉ

Com a incineração dos votos, terminou ontem o segundo escrutínio das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (SP). Pouco mais de 1.300 metalúrgicos compareceram às urnas, ao passo que o quorum necessário era de 7.233 votantes. Ao contrário do que acontecera na pri-

meira fase do pleito, ocasião em que o quorum também não foi atingido, as sete urnas itinerantes, desta vez, não deixaram a sede do sindicato em nenhum dos dias de votação. (ESP - 30/10/81)

PROTESTOS MARCAM DIA DO SERVIDOR PÚBLICO

"Ao invés de festas, nós preferimos marcar o Dia do Servidor Público com protestos, pois todas as nossas reivindicações foram postergadas." A afirmação é do presidente da regional paulista da União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil (UNSP), que aproveitou a data para denunciar a situação dos servidores públicos, "discriminados em relação aos demais trabalhadores". A principal discriminação apontada pelo presidente da entidade - que associa aproximadamente 43 mil servidores públicos - é a exclusão da categoria da lei que concede aumentos semestrais nos salários. Segundo Hélio de Melo, todos os assalariados têm direito ao reajuste semestral, "menos os servidores públicos, inclusive aqueles que são regidos pela CLT". (FSP - 29/10/81)

CAMIONEIROS DE SÃO PAULO ACEITAM 5% E RETOMAM ABASTECIMENTO

Depois de uma assembléia tumultuada, que durou cerca de uma hora, os camioneiros que transportam derivados de petróleo resolveram ontem aceitar o reajuste de 5% nos fretes (eles depois de 2 dias de greve pediam 13,2) e retornar ao trabalho, prometendo restabelecer até o final da tarde de hoje o abastecimento dos postos de gasolina na grande São Paulo. A decisão foi tomada depois que Rogério Attore, presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos, e Cláudio de Oliveira, representante dos carreteiros, pediram, "num voto de confiança", prazo de 15 dias para estudar "a realidade dos fretes" e discutir todas as reivindicações da categoria, em Brasília, "diretamente com o Conselho Nacional de Petróleo (CNP)". (FSP - 31/10/81)

UFRJ DIZ QUE PROFESSORES PODEM IR À GREVE SE MEC NÃO RESPONDER ATÉ TERÇA

Se o Ministério da Educação der uma resposta favorável às reivindicações dos 30 mil professores das universidades federais autárquicas - reajuste de 45% retroativo a março e enquadramento dos colaboradores admitidos no ano passado - até terça-feira, elas poderão entrar em greve no dia 5 ou no dia 9, disse o presidente da Associação de Docentes da UFRJ, Ericksson Almendra. "A greve não é desejo de ninguém; é apenas nosso último recurso", frisou o vice-presidente da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), Luiz Pinguelli Rosa. Segundo ele, devido à crise salarial, alguns professores estão deixando a universidade, outros reduzem o horário de ensino e a maioria trabalha desanimada. (JB - 1/11/81)

TRABALHADORES RURAIS

POSSEIROS TÊM TERRA ARRASADA

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco denunciou ontem que 13 famílias residentes - a maioria, há mais de 40 anos - no engenho Goitá Grande, na cidade de Glória do Goitá, estão ameaçadas de expulsão por jagunços e tiveram todas as lavouras danificadas pelos novos donos da área. Os chefes das 13 famílias vieram ontem à Capital, e um

deles, Manoel José de Freitas - que mora em Goitá há 42 anos - disse que o engenho pertencia a Cristina Cavalcanti, que o vendeu a Artur Correia. Este, por sua vez, arrendou-o ao fornecedor de cana Geraldo Guerra que, segundo os lavradores, os tem ameaçado com fuzis e revólveres, para que abandonem os terrenos onde moram e nos quais cultivam banana, mandioca, macaxeira (aipim) e hortaliças. O advogado da Fetape, Fernando Gomes de Melo, informou que na terça-feira a entidade ingressaria com ação possessória de manutenção em favor das 13 famílias, já que 15 abandonaram as terras. Antes, os donos do engenho moveram ação contra os trabalhadores, mas a Fetape entrou com petição ad cautelam, alegando que o acordo entre proprietários e lavradores foi ilegal e irregular. "Na verdade - disse Manoel José de Freitas - "não houve acordo, pois a gente prometeu que deixava as benfeitorias na boca do fuzil" (alegou ter sido ameaçado desta forma). O advogado enviará documento ao Governador, pedindo providências da Secretaria de Segurança. (JB - 31/10/81)

POSSEIROS SÃO DESPEJADOS E PRESOS EM MATO GROSSO

Cerca de 180 famílias de posseiros da localidade de Jauru, no Mato Grosso, estão sendo despejadas por 60 policiais, desde sexta-feira passada, quando 19 trabalhadores foram presos por resistir a um mandado judicial da Justiça de Cáceres, de reintegração de posse de uma área cuja propriedade é reivindicada pelo fazendeiro Joaquim Goulart. Esta denúncia foi feita ontem através dos presidentes dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Cáceres, Quatro Marcos e Pontes e Lacerda. Segundo os denunciantes, que comunicaram o fato à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso (Fetagri) e aos deputados Márcio Lacerda e Carlos Bezerra (PMDB-MT), os 19 colonos detidos estão "praticamente sem comer e sem beber desde sexta-feira passada". Os posseiros foram alimentados uma única vez por uma mulher que mora ao lado da cadeia de Jauru - "um cubículo onde estão amontoados", conforme assegura o presidente do Sindicato de Quatro Marcos, Miguel Francisco. (FSP - 2/11/81)

CPT CONSIDERA PROJETO LIMITADO

O vice-presidente da Comissão Pastoral da Terra do Araguaia-Tocantins, Padre Ricardo Rezende, considerou muito limitado o projeto do Governo de reduzir para cinco anos o prazo do usucapião: "O projeto exclui as áreas de segurança nacional. Isso significa que 1/3 do nosso território não será favorecido. A área da Amazônia legal, que corresponde a 59% do país, será a mais prejudicada". Os objetivos deste projeto do Executivo, na opinião do Padre Ricardo, são dois: "Desviar um pouco a atenção do processo contra os Padres Aristides Camio e Francisco Gouriou e criar impacto com uma legislação que, aparentemente, teria efeitos bômbasticos, uma verdadeira revolução no campo, visando às eleições do ano que vem". O projeto é interessante, segundo o vice-presidente da CPT do Araguaia-Tocantins, à medida em que reduz os prazos para usucapião nas terras públicas, mas se torna limitado porque exclui terras particulares, áreas de segurança nacional, os 150 km de fronteira e os 100 km à margem das rodovias federais. As áreas de maior tensão social, como o Bico do Papagaio (Norte de Goiás, Sul do Pará e Sudoeste do Maranhão) e boa parte da Diocese de Conceição do Araguaia, ficaram de fora - disse Padre Ricardo. A legislação que será aprovada, no seu entender, é contrária: o Artigo 1º fala em redução do prazo para cinco anos, indiscutivelmente; o 2º explica que a nova lei abrange somente as áreas devolutas; e o 6º nega o usucapião especial para áreas indispensáveis à segurança nacional e terras indígenas. Ele sugere, para melhorar a lei, que no Artigo 2º o usucapião seja estendido às terras particulares. Acha que deve ser suprimida a primeira parte do Artigo 6º, referente às áreas de segurança nacional, e pede que seja estipulado um prazo para

"BÓIAS-FRIAS" QUEREM TERRAS EM ANDRALINA (SP)

Centenas de "bóias-frias" de Andradina passaram todo dia de ontem preparamo um encontro que será realizado hoje, na Igreja Matriz Jesus Bom Pastor, para discutir formas de "convencer o governo" a dividir melhor os 5 mil alqueires da fazenda Primavera, desapropriada pelo governo federal há mais de um ano, e distribuída entre 265 famílias que disputavam a posse da área com a família Abdala, cujo gado ainda ocupa pelo menos 300 alqueires da fazenda. Os "bóias-frias" acham que eles poderiam aproveitar bem melhor a área, cultivando lavouras. Por isso, vão elaborar hoje o documento endereçado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília, pedindo explicações sobre a retirada dos animais e convidando o presidente da instituição para um encontro, quando pretendem expor a situação de pelo menos 12 mil "bóias-frias" que trabalham na Zona rural da região de Andradina. (FSP - 31/10/81)

POLÍCIA MASSACRA GARIMPEIROS EM RO, DENUNCIA DEPUTADO

Um massacre de garimpeiros no município de Ariquemes, setor Oriente Novo, em Rondônia, foi denunciado ontem pelo deputado Jerônimo Santana (PMDB-RO), que acusou a polícia do Território de haver se apropriado do ouro ali existente. Segundo o parlamentar, a polícia ateou fogo nos barracos pertencentes aos garimpeiros, colocando cerca de 300 deles em fuga nos últimos dez dias, numa perseguição que Jerônimo considera injusta, porque "a garimpagem de ouro não está proibida em Rondônia". Ele argumenta ainda que a área do garimpo corresponde a terras devolutas federais, tornando a ação policial, a seu ver, "injustificável e corrompida". "Existe hoje uma grande corrupção na polícia de Rondônia com essa história de apreenderem o ouro e a cassiterita." (FSP - 31/10/81)

INDIOS

DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE DA FUNAI: EMANCIPAÇÃO, DEMARCAÇÃO...

O presidente da Funai declarou ontem, em Belém, que a Fundação Nacional do Índio "não será um instrumento de desassossego para o País" e que, por isso, a solução dos problemas de sua área "vai ser buscada em consenso entre as partes envolvidas, a comunidade indígena e a sociedade nacional". Garantiu que ouvirá todas as pessoas e entidades ligadas à questão indígena incluindo os críticos da atuação da Funai, antropólogos e a imprensa, antes de tomar decisões "a fim de que a pressa não nos leve a cometer leviandades". No cargo há menos de um mês, o coronel Paulo Leal afirmou que ainda se está informando sobre a Funai "e viajando muito para ver diretamente os problemas". Uma de suas preocupações será evitar a criação de conflitos na desocupação de áreas indígenas: "Não basta só tirar o homem que está dentro dela. É preciso também dar-lhe um destino", disse, acrescentando que episódios como o de Nonoai, no Rio Grande do Sul, não ocorrerão, "porque não vamos simplesmente jogar o posseiro na rua". Outra diretriz da sua administração será dar prioridade às demarcações e registrar as reservas indígenas no SPU (Serviço de Patrimônio da União) e no Cartório de Imóveis, "se for necessário", para evitar eventuais modificações nos limites dessas reservas, no futuro. "Não basta demarcar a reserva, sustentou. É preciso ocupá-la

tentando conseguir a auto-suficiência das comunidades. A comunidade precisa trabalhar na sua área." Prometeu que a demarcação sempre será orientada a procurar os limites naturais, evitando as linhas "secas" de topografia, para garantir marcos seguros às reservas. O presidente da Funai explicou também que não tomara qualquer iniciativa de pedir a emancipação de comunidades: "Isso só ocorrerá se elas pedirem". Admitiu não ter condições de dar uma opinião sobre os "indicadores de indianidade" sugeridos na administração passada, do coronel Nobre da Veiga, para a emancipação, "porque ainda não os estudei". (ESP - 30/10/81)

PELA PRIMEIRA VEZ ANDREAZZA RECEBE ÍNDIOS

Pela primeira vez desde que assumiu o Ministério do Interior, o ministro Mário Andreazza recebeu uma comissão de líderes indígenas. Marcos Terena, presidente da União das Nações Indígenas (Unind), Idjarruri Carijá, Carlos Terena e Paulo Miracuré (Bororó), foram recebidos no gabinete do ministro Andreazza em companhia do coronel Paulo Leal, presidente da Funai. Os índios foram ao Ministério atendendo a um convite de Andreazza, informou Marcos Terena. "Por nossa cabeça nunca passou a idéia de facção - disse o presidente da Unind dirigindo-se ao ministro -, de atender a determinados grupos políticos ou partidários. Nossa intenção sempre foi a de cordialidade, colocar nossos problemas de homem para homem, com lealdade. Devemos respeito às autoridades, mas elas também devem respeito às comunidades indígenas, dentro dos princípios dos direitos humanos." (FSP - 27/10/81)

MOVIMENTOS POPULARES

CNBB DEBATERÁ USO DO SOLO URBANO

A questão do solo urbano será um dos temas da Assembléia Regional da CNBB, que reunirá todos os bispos do Estado em Itaici, de 4 a 8 de novembro. Será proposta, também, moção de apoio à Igreja do Araguaia, envolvida nos últimos conflitos de terra devido à prisão dos Padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou. Durante a assembléia, será distribuída aos bispos, como subsídio para a discussão, a síntese do Encontro Regional de Pastoral Urbana, em que se recomenda o trabalho da Igreja em conjunto com "outros grupos empenhados na vida da cidade", uma vez que "a solução dos problemas particulares de cada área depende de uma estratégia global". A síntese do Encontro de Pastoral Urbana observa, em sua introdução, que "hoje, mais de dois terços da população brasileira vive em centros urbanos. De acordo com os dados do último censo, a população urbana aumentou em 28 milhões 500 mil habitantes, enquanto a população nacional aumentou em 26 milhões. No Estado de São Paulo, o índice de urbanização é de 88%". Acrescenta que "estudos feitos pela Prefeitura Municipal de São Paulo mostraram que a maioria da população paulistana mora nas regiões periféricas da cidade, em áreas desequipadas. Vinte e um por cento da área total do município de São Paulo está ocupada por loteamentos irregulares, enquanto 40% da área total do município de São Paulo está vazia, aguardando valorização". O documento cita, também, os dados do último censo sobre o "agravamento na concentração de renda". Os problemas urbanos apontados são a falta de moradia, educação, "falta de escola, qualidade do ensino, ensino desligado da realidade", desemprego ("problema político dos administradores que estão preocupados com eleições e não com o bem comum") e saúde. Uma das conclusões foi a de que "não se poderia discutir o urbano sem se levar em consideração o problema nacional, isto é, o modelo econômico vigente". (JB - 1/11/81)

D. IVO DESAFIA YOKOTA A PROVAR QUE DADOS DA CNBB SÃO IRREIAIS

O presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, desafiou o presidente do INCRA, Paulo Yokota, a provar que os dados sobre conflitos de terras divulgados pela Igreja não são reais, afirmando que "os dados estão todos cadastrados, com data, nome e endereço. Basta ele querer ir lá para ver os números comprovados". Contrariando com as declarações de Paulo Yokota pondo em dúvida o levantamento promovido pela CNBB, por intermédio da Comissão Pastoral da Terra, que aponta 916 tipos de conflitos de posse de terra no país, envolvendo 216 mil famílias, Dom Ivo Lorscheiter declarou: "Quem duvida, certamente não sabe que não brincamos com coisas sérias". (JB - 27/10/81)

BISPO VÊ CONTRADIÇÃO NA POLÍTICA DO GOVERNO

O bispo de Abaetetuba, no Pará, d. Ângelo Frosi, presidente do Conselho Missionário Nacional, órgão da CNBB, disse ontem, em Londrina, que o atual momento político brasileiro é contraditório, "pois, ao mesmo tempo que se prega a abertura, o governo prende e tortura padres na Amazônia. Nós louvamos a abertura política e vemos com muita sinceridade as palavras do presidente Figueiredo de se conduzir a normalidade democrática. Mas, ao mesmo tempo ocorre a prisão e tortura de padres. Isso demonstra que há uma outra força no País que quer levar o Brasil em outra direção e talvez nem o presidente Figueiredo consiga eliminar essa força muito negativa, que não quer mudar de forma alguma". O bispo paraense acha "muito difícil" identificar quais seriam essas forças, "mas possivelmente estão ligadas à exagerada segurança nacional, e mais à segurança do regime do que à segurança do povo". Para d. Ângelo Frosi, "a Revolução de 64 se proclamou contra a corrupção e contra a subversão, inclusive com o apoio da Igreja, que viu que a mudança seria para o bem do País. Mas, infelizmente, essa revolução não se colocou a serviço do povo, da Nação. Ela quis perpetuar-se e entrou na mesma jogada de corrupção. Acho que a Revolução, depois de ter alcançado seus objetivos, deveria passar para o lado do povo, pois num País tão grande como o nosso não se pode marginalizar o povo, deixando toda a Nação na mão de tecnocratas e poucas pessoas, que mandam como querem, sem escutar a voz do povo". (ESP - 27/10/81)

CNBB ENVIA A ACKEL QUEIXA SOBRE INVASÃO

O secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, deverá encaminhar ao ministro da Justiça, Abi Ackel, o relatório sobre a invasão da casa do padre Jorge Schweden, ocorrido no dia 22 de outubro em São Domingos do Araguaia, sudeste do Pará. Ontem, ao divulgar um resumo do documento, o bispo de Marabá, dom Alano Pena, afirmou que "a Polícia Federal, insistindo na tecla de que as guerrilhas de 1972 recomeçaram no Araguaia, desenvolve uma verdadeira tortura psicológica em cima do povo já sofrido". "Na área de São Domingos, Palestina, São Geraldo - afirmou o bispo - é simplesmente uma barbaridade o que esses agentes da PF estão fazendo em termos de criar um clima de pavor e medo nas comunidades pobres. Seria importante que as autoridades tomassem conhecimento de como age o segundo escalão", acentuou. Para dom Alano, a situação do sudeste paraense em termos fundiários permanecerá inalterada, "enquanto subsistir o enfoque do problema fundiário sob a ótica da segurança nacional. Enquanto a mentalidade for esta, nem o usucapião de um ano, um dia, vai mudar, porque permanecem as violências. Seria preciso mudar a

~~mentalizada, no~~ pode degenerar". (FSP - 29/10/81)

BRASILEIROS NO PARAGUAI PREOCUPAM BISPOS

Os bispos da Regional Extremo-Oeste da CNBB estão preocupados com a situação de mais de 50 mil lavradores brasileiros que vivem no Paraguai e que estão sendo pressionados pelo governo de Assunção a deixar as terras que arrendaram e cultivaram. A informação, de d. Onofre Rosas, bispo de Jardim, em Mato Grosso do Sul, foi prestada no final do encontro que reuniu, em Campo Grande, dez bispos da Regional para debater assuntos eclesiásticos com a participação de padres e leigos. Para d. Onofre o problema dos brasileiros no Paraguai precisa ser resolvido com prudência, mas urgentemente, porque a situação deles torna-se cada vez mais insustentável. D. Onofre, que foi destacado para acompanhar a evolução do problema, revelou também que a maior parte dos brasileiros que vivem no Paraguai ocupam pequenas áreas arrendadas do próprio governo e particulares. (ESP - 29/10/81)

ARQUIDIOCESE ESTUDA CEDER O USO DA TERRA

A Arquidiocese de São Paulo iniciou estudos para dar "destinação social" a uma gleba de 13 alqueires, de sua propriedade, localizada no bairro de M'Boi Mirim, região de Santo Amaro. A iniciativa é do cardeal dom Paulo Evaristo Arns, que determinou o reexame de um projeto de aproveitamento dessa mesma área, realizado em 1979, pelo padre Vitor Nikelsburg. O plano previa o uso comunitário da terra por aproximadamente 50 famílias, mediante um regime de comodato, isto é, de cessão do uso do terreno, mas não de sua propriedade. A ideia de dar destinação social à gleba foi retomada recentemente, em função das invasões de terras registradas em São Paulo. Dentro de um mês, um projeto definitivo de utilização da área, que levará em consideração as sugestões e necessidades das Comunidades de Base de M'Boi Mirim, será submetido à aprovação do Colégio Episcopal de São Paulo. Nesse sentido, as CEBs da região já solicitaram que os 13 alqueires sejam utilizados, prioritariamente, para fins de moradia. (FSP - 27/10/81)

BALANÇO DA IGREJA APONTA SEIS RELIGIOSOS MORTOS DESDE 1968

Dez religiosos expulsos do País, dois banidos, seis mortos, 153 presos, 19 sequestrados; e ainda 48 imóveis invadidos. Estas são as perdas da Igreja Católica no Brasil, nos últimos 13 anos, em consequência dos conflitos com o governo e com os grandes proprietários de terra. Estes números, ainda incompletos, poderão ser aumentados nos próximos dias, caso a Presidência da República e a CNBB não encontrem a "solução de conciliação para o povo brasileiro" que, segundo dom Luciano Mendes de Almeida, vem sendo buscada para evitar a expulsão dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou. O período mais duro para a Igreja, segundo os dados existentes, registrou-se entre os anos de 1968 e 1975, quando sete religiosos foram expulsos, dois foram banidos e 103 estiveram presos. Nesta época, três religiosos morreram, enquanto outros três vieram a falecer em 1976. (FSP - 1/11/81)

CNBB DEFENDE JULGAMENTO DE PADRES FRANCESSES NO BRASIL

Os dirigentes da CNBB que mantiveram ontem um encontro de 40 minutos com o presidente em exercício, Aureliano Chaves, defenderam a opinião, segundo se informou, de que os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, enquadrados na Lei de Segurança Nacional, devem permanecer no País e aqui serem submetidos a julgamento, uma vez que a Igreja

considera que um processo conduzido dentro dos princípios da Justiça comprovará a inocência dos dois acusados. A decisão, no entanto, quanto à expulsão ou não dos religiosos não foi ainda tomada: Aureliano Chaves não recebeu até agora de Abi-Ackel o parecer conclusivo e o sumário dos processos em que Camio e Gouriou estão envolvidos. (ESP - 28/10/81)

GOVERNO PODE NÃO EXPULSAR MISSIONÁRIOS

Os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, presos na sede da Polícia Federal, poderão não mais ser expulsos do País, conforme informação que corria ontem no Ministério da Justiça, não confirmada nem desmentida pelos assessores do ministro Ibraim Abi Ackel. A fórmula conciliatória, segundo o que se comentava no Ministério, estaria sendo articulada pelo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, d. Luciano Mendes de Almeida, junto a Ackel e Aureliano. A proposta é que os padres franceses fossem afastados de Conceição do Arauá - onde foram presos e acusados de incitarem posseiros à luta pela terra - e transferidos por decisão da cúpula da Igreja Católica. A assessoria de Abi Ackel não soube explicar por que o ministro mandara dizer aos jornalistas que não levara o problema a Aureliano. (FSP - 27/10/81)

POLÍTICA NACIONAL

'PACOTE' DA PREVIDÊNCIA APROVADO APÓS CONCESSÕES DO GOVERNO

O Congresso Nacional aprovou, ontem, às 19h55m, mediante acordo entre as lideranças do PDS e dos Partidos de Oposição, o projeto da previdência sem os Artigos 1º e 2º da proposta original, que pleiteavam a redução de 10% do INPC dos aposentados que ganham até três salários mínimos e de 75% dos proventos dos que voltassem a trabalhar. Para que o Governo aceitasse a revogação dos dois dispositivos foi preciso que as oposições concordassem com a introdução parcial de emendas que transferem ao Governo a atribuição de taxar os bens supérfluos até 20%, e a fixação de três meses de carência para utilização dos serviços médicos do INPS. (JB - 28/10/81)

ATO PÚBLICO NO RIO LEMBRA DESAPARECIDOS

"Em que leito do rio correrá teu sangue?/ Em que escuro mangue baterá teu peito?/ Em que caminho duro andarão teus passos?/ De que palmo de terra cuidarão teus braços?" A leitura desses versos foi uma das muitas homenagens prestadas ontem por familiares dos 159 desaparecidos e mortos políticos, durante ato público realizado ao pé da estátua de Tiradentes, em frente à Assembleia Legislativa. O ato foi organizado em função do Dia de Finados, segunda-feira. "Como não temos sepulturas para nossos maridos, filhos e irmãos desaparecidos e mortos, resolvemos homenageá-los junto à estátua de Tiradentes, pois entendemos que eles são da mesma estirpe", explicou Dilma Borges Vieira, viúva do jornalista Mário Alves, desaparecido desde 1970. (FSP - 31/10/81)

D EVARISTO PROPÕE FIM DE TRIBUNAL ESPECIAL PARA PMs

A reformulação do pacote de abril, que retirou da Justiça comum a competência para julgar os crimes atribuídos à Polícia Militar no exercício de suas atividades, foi defendida, ontem, pelo Cardeal Paulo Evaristo Arns. Ele advertiu que "o tribunal privilegiado, o estado concreto da impunidade, determina o incremento da violência policial." No painel de encerramento do seminário sobre a questão carcerária - promovido pela Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e pela PUC - Dom Paulo concordou com a tese do especialista holandês Nico Pieck, que defendeu o fim das prisões, depois de se declarar chocado com a realidade do sistema penitenciário brasileiro. O cardeal ressaltou que as principais vítimas do sistema de segurança são a minoria negra e os favelados. Ao defender a reformulação da emenda constitucional, introduzida pelo pacote de Abril, Dom Paulo afirmou que não se justifica que não sejam submetidos à Justiça comum os policiais militares que "exercem funções civis, entre civis. A Justiça comum nunca julgou mal ou perseguiu a Polícia Militar. E, desde aquela decisão, cresceu de forma assustadora, desproporcional, o índice dos crimes atribuídos a policiais militares. Só este ano, nesta cidade, pelo que se noticiou, as mortes chegaram a mais de uma centena e não se tem notícia de uma única condenação dos policiais, por causa do tribunal privilegiado." (JB - 30/10/81)

CONTAG CRITICA PROJETO DO USUCAPIÃO ESPECIAL

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag - começará, esta semana, a distribuir, entre os congressistas, documento de crítica ao projeto do Executivo que dispõe sobre a redução do usucapião especial, apontado, no texto, como destinado "apenas a produzir efeitos propagandísticos".

O documento conclui pregando a reforma agrária como a única solução para os conflitos de terra, não fazendo sugestões para a modificação da proposta oficial, a não ser o comentário de que "o projeto seria menos limitado, desde que suprimida a parte relativa às áreas indispensáveis à segurança nacional, contida no artigo 6º, bem como extensivo às terras particulares".

Insistindo em que "o alcance das medidas adotadas no projeto é demasia-
do restrito, pois atinge, tão somente, as terras devolutas", a Contag aponta a "imunidade do latifúndio", enfatizando que "praticamente a to-
talidade das terras devolutas federais está fora da futura legislação,
uma vez que, salvo uma parte das terras devolutas situadas nos territó-
rios federais, as demais terras devolutas da União são todas considera-
das indispensáveis à segurança nacional".

Quanto ao "extenso patrimônio de terras dos Estados e Municípios situa-
dos na Amazônia legal" - prossegue o documento - "foi praticamente dila-
pidado, e com extensa prodigalidade, pelos governantes dos últimos anos,
através de graciosas concessões, favorecendo grandes grupos nacionais e
multinacionais".

Ao lado dessas circunstâncias, a Contag lembra que "o usucapião foi sem-
pre considerado ineficaz, no que se refere à propriedade particular, pa-
ra garantir ao posseiro a sua aquisição, quando verificado o conflito pe-
la posse da terra. Na verdade, ocorrendo o conflito pela posse da ter-
ra, somente a desapropriação por interesse social para fins de reforma
agrária, prevista no Estatuto da Terra, assegura a permanência dos pos-
seiros na terra, aliviando as tensões sociais e os conflitos no campo".

O documento recorda, também, que as tensões provocadas pelo problema
fundiário têm produzido muitas vítimas, em razão da "inércia e imobilis-
mo governamental", "aliados à violência institucionalizada contra os
trabalhadores rurais". Essa realidade leva a Contag a temer a expansão
do latifúndio e a concentração da propriedade da terra, ao invés do
objetivo que ela reclama, que é a reforma agrária. (FSP - 2/11/81)